



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República****Considerando que:**

- O Ministério de Educação anunciou que vai voltar a reduzir o número de turmas de início de ciclo financiadas nas escolas com contrato de associação, insensível às consequências desastrosas que este novo corte no ensino particular e cooperativo causa aos alunos, famílias e comunidades educativas abrangentes.

- De acordo com o documento de vagas a concurso para o ano letivo 2017/18, divulgado na passada terça-feira na página da Direção-Geral da Administração Escolar, o Governo prepara-se para pôr em causa a subsistência do Externato Cooperativo da Benedita (ECB), ao compromete-se a financiar apenas um máximo de oito novas turmas do 7.º ano e duas do início do secundário nesta instituição com mais de 50 anos, que tem tido um papel vital no que toca à educação na região de Alcobaça. Não é conhecido o estudo de rede que fundamenta esta decisão, diferente da assumida no ano anterior.

- O corte de três turmas do 10.º ano no ECB põe em risco a viabilidade económica de uma cooperativa de ensino sem fins lucrativos onde atualmente trabalham 84 professores e 33 outros funcionários, e que nasceu da vontade e esforço da população, quando o Estado não tinha resposta para lhes dar.

- O presidente da Câmara Municipal de Alcobaça criticou já as intenções do Governo em querer avançar com mais um corte no financiamento de turmas no concelho, tendo enviado ao Ministério da Educação uma exposição escrita onde se "insurge e manifesta indignação", adjetivando de "*ofensa ao Externato Cooperativo da Benedita e ao concelho de Alcobaça*" a redução das turmas.

- O autarca refere ainda que a "realidade local" não é compreendida e conhecida, realçando o apoio da autarquia na "*reivindicação pelo respeito da população de Alcobaça e da Benedita*".

- O presidente da autarquia de Alcobaça afirmou também já ter *"falado pessoalmente"* com o primeiro-ministro acerca da matéria em questão, explicando que solicitou o chefe de Governo *"que efetuasse todas as diligências para reparar o equívoco e a ofensa que não aceitamos"*.

- Segundo o presidente do município alcobacense, *"o senhor primeiro-ministro comprometeu-se a estudar o caso e a efetuar averiguações junto do Ministério da Educação"*.

- Até o PCP – que considera o Externato Cooperativo da Benedita *"uma instituição altamente relevante na comunidade local e até regional, com um projeto de longo prazo, com iniciativas inovadoras e importantes parcerias para o desenvolvimento integrado, cultural, social e a todos os níveis"* – enviou ao senhor ministro da Educação uma pergunta parlamentar, questionando o fundamento e análise que estiveram na base da decisão do Executivo, alertando ser *"fundamental ter presente as potenciais consequências de uma decisão que venha a colocar em causa a viabilidade da ECB, com cortes ao seu funcionamento"*.

- A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Benedita (APEEB) manifestou junto de todos os pais e encarregados de educação *"que está solidária e à disposição da Direção do ECB, de forma isenta e imparcial, para efetuar todas as diligências que se mostrem necessárias e/ou convenientes junto da tutela"*, acrescentando que, *"dada a relevância que esta instituição tem na nossa comunidade aos mais diversos níveis, é para nós imperativo trabalhar em conjunto para defendermos os interesses dos nossos filhos e educandos"*.

- O CDS-PP – que visitou o Externato Cooperativo da Benedita e reconhece o investimento feito pela escola e o trabalho meritório em prol das populações quer da Benedita, quer dos concelhos limítrofes – considera um erro a intenção do Governo em proceder a mais um corte cego e desconexo da política de descentralização proposta pelo mesmo Governo.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

As Deputadas do CDS-PP, abaixo-assinadas, vêm por este meio requerer ao Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 - Confirma V. Exa. a intenção do Governo em prosseguir com o corte de turmas no Externato Cooperativo da Benedita para o ano letivo 2017-2018 ou, pondera ainda rever a sua decisão?**

**2 - Caso insista no corte de turmas no ECB, qual o fundamento, designadamente qual o estudo de rede que foi feito, e para onde vai encaminhar os alunos?**

**3 – Conhece o Ministério da Educação os custos sociais e económicos que uma decisão de não abertura de novas turmas no ECB tem para o concelho de Alcobaça, em particular ma freguesia da Benedita?**

Palácio de São Bento, segunda-feira, 5 de Junho de 2017

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)

ASSUNÇÃO CRISTAS(CDS-PP)

ILDA ARAÚJO NOVO(CDS-PP)